

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GUSTAVO TIEMANN GABE

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 EM PORTO ALEGRE: FATORES QUE ELEVARAM
O NÚMERO DE MULHERES ELEITAS PARA A CÂMARA DE VEREADORES.**

Porto Alegre

2021

GUSTAVO TIEMANN GABE

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 EM PORTO ALEGRE: FATORES QUE ELEVARAM
O NÚMERO DE MULHERES ELEITAS PARA A CÂMARA DE VEREADORES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador(a): Dra. Jennifer Azambuja de Moraes.

Porto Alegre

2021

RESUMO

Historicamente, no Brasil o espaço político sempre foi ocupado predominante por homens, enquanto as mulheres apresentam um baixo nível de representatividade e participação política. As eleições de 2020 em Porto Alegre mostrou aumento significativo de vereadoras eleitas se comparado com 2016: foi de quatro mulheres ocupando Cadeira na Câmara de Vereadores de Porto Alegre para onze. O estudo tem como objetivo-geral analisar a relação entre o capital político do tipo familiar e a conquista de cadeiras por mulheres na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2020. E são dois objetivos-específicos: analisar quais outras formas de capitais políticos que possam estar envolvidos nas eleições das mulheres em Porto Alegre no pleito eleitoral municipal de 2020 e analisar a diferença da existência ou não de capital político nas eleições das mulheres conforme o partido. A metodologia do presente estudo é qualitativa, avaliando dados obtidos através de entrevistas em profundidade elaborada com um questionário (anexo 1) com as vereadoras via e-mail e whatsapp. Os resultados mostraram uma diversidade entre as vereadoras eleitas quanto à sua trajetória política e capital político.

Palavras-chaves: capital político; representação feminina; participação política.

ABSTRACT

Historically, in Brazil the political space has always been predominantly occupied by men, while women have a low level of representation and political participation. The 2020 changes in Porto Alegre increased the number of elected councilors compared to 2016: it went from four women occupying the seat in the Porto Alegre city council to eleven. The study's general objective is to analyze the relationship between family-type political capital and the achievement of seats by women in the Porto Alegre city council in 2020. And there are two specific objectives: to analyze what other forms of political capital are present. It is found in the changes of women in Porto Alegre in the 2020 municipal election and analyzes the difference in the existence or not of political capital in women depending on the party. The methodology of the present study is qualitative, reviewing data through following in depth elaborated with a questionnaire (annex 1) with the councilors via e-mail and WhatsApp. The results undermined a diversity among elected councilors regarding their political trajectory and political capital.

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico o presente Trabalho de Conclusão de Curso a todos aqueles que me apoiaram e me deram base para que fosse possível chegar até ao momento atual. Em especial ao meu pai Dirson Osvino Gabe e minha mãe Joana Tiemann Gabe, aos meus irmãos Jonas Tiemann, Kamila Tiemann Gabe e Karolina Tiemann Gabe, que me deram todo suporte que eu precisava. No início, em 2017 eu sou muito grato pela minha irmã Karolina e ao meu cunhado Deivis Becker por ter feito da casa deles, a minha moradia também. Meu carinho e afeto pelos meus sobrinhos que aquecem o coração em momentos delicados. Meu muito obrigado aos meus avós que tenho a sorte de tê-los aqui comigo. Agradeço a minha companheira Bruna Eduarda Meinen Feil que em todos os momentos difíceis sempre esteve do meu lado. Agradeço à minha orientadora Dra. Jennifer Azambuja Moraes por todo suporte para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Meu muito obrigado a todos os meus familiares e amigos, sem vocês não seria possível.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CAPITAL POLÍTICO	10
3	MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA	17
4	ELEIÇÃO PARA VEREADOR EM PORTO ALEGRE EM 2020	19
	Tabela 1	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28
	ANEXO 1	30

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, na Constituição de 1988 foram definidos intervalos de dois anos entre eleições (sendo federais e estaduais no mesmo pleito, e dois anos depois ocorrem as municipais), com mandatos que duram quatro anos para todos os cargos, exceto para senador (oito anos). O sistema político do Brasil é multipartidário, ou seja, pode haver vários partidos concorrendo entre si, representados pelos candidatos. Todo cidadão brasileiro alfabetizado entre 18 e 70 anos tem a obrigação de comparecer às urnas no dia da eleição. Já para quem tem entre 16 e 17 ou mais de 70 anos o voto é facultativo, bem como para analfabetos.

É importante destacar que nem sempre foi assim, por exemplo, somente em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral passou a assegurar o voto feminino; todavia, esse direito era concedido apenas a mulheres casadas, com autorização dos maridos, e para viúvas com renda própria. Essas limitações deixaram de existir apenas em 1934, quando o voto feminino passou a ser previsto na Constituição Federal. Ou seja, após 45 anos da Proclamação da República é que a mulher passou a ter o direito de votar sem restrições.

Esse retrato histórico mostra a dificuldade da mulher na política brasileira, em que o cenário é predominantemente formado por homens. Com relação aos presidentes brasileiros, por exemplo, 38 homens passaram pelo cargo, enquanto apenas uma mulher até o momento foi eleita como presidenta. Nos últimos anos as mulheres têm conquistado mais espaço na política brasileira, nos cargos legislativos, mas ainda existe a sub-representação feminina. Não somente pelo número de cadeiras ocupadas por mulheres, como também pela representação de pautas femininas no legislativo e executivo.

Com relação ao número de cadeiras ocupadas, temos o estudo realizado por Sanchez (2012) que mostrou que em 2010 o Brasil era o terceiro país com o menor índice de ocupação dos cargos legislativos federais, sendo apenas 8,8%, bem abaixo da média da América Latina (22%). Sendo no cargo executivo ainda mais desequilibrado: de trinta e oito presidentes, apenas uma mulher ocupou o cargo. Após este estudo, podemos perceber nas eleições de 2018 um aumento na ocupação dos cargos legislativos pelas mulheres, sendo eleitas 77 mulheres, um aumento de 50% ao ser comparado com as eleições de 2014. Já no Senado não há mudanças significativas ao longo dos anos.

Sanchez (2012) cita a lei de cotas implementadas para cargos legislativos no Brasil em 1995, mas desrespeitadas por grande parte dos partidos, além disso “mesmo que fosse cumprida, a lei não seria a solução para a sub-representação das mulheres, já que as mulheres

enfrentam dificuldades não apenas para se candidatarem, mas também para serem eleitas” (SANCHEZ, 2012, p.3), sendo uma das maiores dificuldades o sub-financiamento.

Nesse mesmo sentido, Santos e Furlanetto (2019) fizeram um estudo sobre as cotas implementadas por lei em 2009 (nº 12.034/2009), em que no mínimo 30% dos candidatos de cada partido devem ser representadas por mulheres. O objeto de estudo foi a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre nas eleições de 2008 até 2016. Os dados mostram pouca e insignificante variação: na eleição anterior à implementação de lei de cotas (2008), dos 36 vereadores eleitos, 32 eram homens e apenas 4 mulheres. Em 2012, foram 31 homens eleitos e 5 mulheres. Em 2016, foram novamente 32 homens e 4 mulheres.

Os estudos sobre sub-representação feminina buscam compreender os motivos desta sub-representação e dos seus impactos na representação. Como exemplo de trabalhos nesse tema, tem-se o artigo de Fosenca e Fachin (2018), em que explicam a dificuldade de identificação da causa da sub-representatividade da mulher na política brasileira. Outro artigo de suma importância para o debate da baixa representação das mulheres na política, é de Céli Pinto (2001), em que a autora aponta a insuficiência das cotas como política para alavancar a representação das mulheres na política brasileira:

O exame da participação política da mulher no Brasil tem trazido para a discussão a problemática da baixa participação, quer sejam tomados como referência os legislativos estadual, federal ou municipal, quer se tomem os cargos executivos em todos os níveis. Mesmo após a lei que garantiu cotas para as mulheres nas listas partidárias, as dificuldades se mantiveram, ou os partidos simplesmente não obedecem a lei ou completam suas listas com “falsas” candidatas que na verdade não fazem campanha. (PINTO, 2001, p. 99)

Neste estudo, tem-se como objeto de estudo a sub-representação feminina e sua relação com o capital político e a participação política. Isso porque o capital político é uma das variáveis que explicam os resultados das eleições, conceito extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu. Miguel (2003, p. 115) afirma que o capital político “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.”

O autor faz uma divisão tríplice de formas de capital político, sendo

- *Capital delegado*: “o político é depositário de um capital que pertence, na verdade, à organização” (MIGUEL, 2003, p. 121). Pensando no sistema político brasileiro multipartidário, o capital político pertence aos partidos, o indivíduo é um representante.
- *Capital convertido*: em que “a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política” (MIGUEL, 2003, p. 121). Para exemplificar, temos no Brasil casos de ex jogadores de futebol, o esporte mais popular do Brasil, alcançando importantes cargos políticos através de eleições sem antes ter se envolvido diretamente na política.
- *Capital heroico*: é como se fosse uma subdivisão do capital convertido. Porém, se o capital é acumulado de forma lenta e contínua por um longo período, pode ser chamada de heroica ou profética. É possível observar em tempos de crise em que a população tende a escolher alguém que tenha a ideia de heroísmo para superar as dificuldades e tirar o povo da crise.

O Brasil é um país extremamente desigual socialmente e culturalmente, o que também se reflete na política. Pois as formas de capitais econômicos, culturais, sociais e políticos estão relacionadas entre elas. Para Miguel (2003, p. 130) “a abundância de recursos financeiros, (...), é quase garantia da eleição para a Câmara dos Deputados, ao menos em um sistema eleitoral como o brasileiro”. Portanto, o capital econômico influencia em que pode deter o capital político. E, adentrando no capital político convertido e delegado, podemos exemplificar o capital político familiar, o qual vai ser aprofundado durante o trabalho. Convertido no sentido em que o capital político é transferido de um indivíduo para outro com parentesco. Delegado no sentido em que o capital não pertence ao indivíduo por si próprio, mas pela família da qual faz parte.

Aprofundando no capital político familiar, Canêdo (2011) fez um estudo genealógico demonstrando as relações entre famílias em Minas Gerais para assegurar os capitais pertencentes a elas, desde o Império, passando pela República e por ditaduras. Era comum as alianças múltiplas: casamento de dois ou três irmãos com duas ou três irmãs de outra família, o que “mostra o interesse dos membros do grupo em se fechar neles mesmos como se organizassem uma nova família” (CANÊDO, 2011, p. 64). Portanto, o que se observava é um fechamento de grupos familiares o que permitia a perpetuação dos poderes, tanto políticos, quanto capitais.

Como podemos perceber, a família pode ser um dos eixos centrais nas candidaturas. Neste sentido, Guedon e Lenkic (2017) analisaram, no Rio de Janeiro, a ligação entre a

representação feminina e o capital político familiar. Os autores trazem dados das eleições municipais e estaduais, avaliando a representação feminina na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. As eleições estudadas são as municipais de 2008, 2012 e 2016; as estaduais de 2006, 2010 e 2014. E os dados trazidos no artigo apontam que as mulheres em sua maioria possuíam algum capital político familiar envolvido consigo, mais que os homens, apontando que as “eleições dessas mulheres ainda carregam consigo marcas da não-autonomia de suas candidaturas. Ou seja, para que sejam eleitas, utilizam de capitais políticos a partir da sua genealogia para afirmar-se como candidata viável eleitoralmente”.

Para justificar a afirmativa acima, Lenick e Guedon mostram os dados: em 2006, em 50% das deputadas eleitas havia a presença genealógica, enquanto nos homens a porcentagem era de apenas 12%. Em 2010, 62% das deputadas eleitas contavam com a presença do capital político familiar, enquanto dos deputados o número era de 16%. Em 2014 os números eram iguais aos da eleição de 2006. Observando as eleições municipais temos que em 2008 57% das vereadoras eleitas na capital Rio de Janeiro possuíam genealogia na política, enquanto nos homens o percentual era de 10%. Em 2012, o número aumentou para 63% nas mulheres e para 17% nos homens. Em 2016, a porcentagem nas mulheres era de 57% e 16% nos homens.

Como é possível observar, em todas as eleições estudadas, o capital político familiar esteve mais presente nas mulheres. Outra questão apontada que merece destaque é de quem é herdado o capital político conforme o gênero: nas deputadas, o maior percentual é dos maridos (69%). Enquanto nos homens a maior porcentagem é da paternidade (71%). No caso da Câmara de Vereadores, 50% das mulheres eleitas têm o capital político herdado do marido, enquanto a outra metade é de seu pai. Nos homens, mais uma vez a maioria é da paternidade (82%). Portanto, “em linhas gerais, há maior tendência de “empréstimo” de capital político de parentes homens para os eleitos”.

A partir do disso, este trabalho centra-se na relação entre representação feminina e capital político familiar, na cidade de Porto Alegre, nas eleições municipais de 2020. Este foco é dado, pois se nas eleições de 2008, 2012 e 2016 não houveram mudanças significativas no quadro de representantes mulheres, o mesmo não pode ser dito de 2020. Foram eleitas 11 mulheres, praticamente triplicando o número de 2016.

Diante disso, o problema do presente estudo é: “Como o capital político familiar influenciou na eleição de vereadoras em Porto Alegre em 2020?”. Tendo como objetivo geral:

analisar a relação entre o capital político do tipo familiar e a conquista de cadeiras por mulheres na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2020. Já os objetivos específicos são:

1. Analisar quais outras formas de capitais políticos que possam estar envolvidos nas eleições das mulheres em Porto Alegre no pleito eleitoral municipal de 2020;
2. Analisar a diferença da existência ou não de capital político nas eleições das mulheres conforme o partido.

A hipótese geral do estudo é de que o capital político familiar não está presente nas eleições das mulheres na Câmara dos Vereadores em Porto Alegre. A justificativa se dá através da relevância do tema abordado, uma vez que a sub-representação feminina tem sido muito debatido entre os cientistas políticos, como por exemplo Iris Marion Young, uma cientista política dos Estados Unidos que trabalhava com a baixa representação feminina na política. Em 2006, Young em sua obra afirma que “na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral” (2006, p. 169). Além da questão da sub-representação, busca-se analisar as eleições municipais e 2020 garante dados e informações novas para o debate de representação política e capital político.

Para atender os objetivos propostos, a metodologia utilizada é a qualitativa, através do método de entrevistas em profundidade com as vereadoras de Porto Alegre. O questionário (Anexo 1) contempla questões de identificação pessoal, identificação ideológica, trajetória/experiência profissional e capital familiar. As informações foram coletadas de forma virtual, para manter o distanciamento social neste período de pandemia, através do envio do questionário por e-mail e/ou whatsapp. Das 11 vereadoras eleitas no pleito de 2020, 7 responderam o questionário. Os dados foram analisados de forma qualitativa através de análise de conteúdo.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro intitulado como “Participação Política e Capital Político” em que será aprofundado os conceitos dos temas em questão. O segundo capítulo “A Mulher na Política Brasileira” abordará a história da mulher na política em âmbito nacional, após traz-se o retrospecto no estado do Rio Grande do Sul e por fim, em Porto Alegre. No terceiro “A Eleição Municipal de 2020 em Porto Alegre” traz-se os dados das eleições municipais ocorridas em 2020 em Porto Alegre.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CAPITAL POLÍTICO

Entende-se por participação política todo envolvimento com a política por parte dos cidadãos, direta ou indiretamente. A literatura do tema divide a participação política em convencional – “dentro de uma lógica representativa, onde a eleição e a estrutura institucional são o cerne do processo político” (NICOLETTI, 2014. p. 57) – e não-convencional – “caracterizada pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional” (Idem). Fazendo uma abordagem histórica, Borba traz que

Se nos anos de 1960, a definição se estruturava, sobretudo, em função das modalidades eleitorais, os novos repertórios que começam a fazer parte da ação coletiva, desde então, (protestos, boicotes, etc.) obrigam que sejam, de alguma maneira, incorporados pelas definições de participação. (2012, p. 264)

Assim nota-se que o conceito de participação política é amplo, podendo ser entendido no meio tradicional como filiar-se em algum partido e/ou lançar candidatura – convencional -, como também participar de atos, órgãos comunitários, promover protestos, etc – não convencional. Outra questão que vem crescendo nos debates em torno do tema é sobre a sociedade da informação, em que milhões de cidadãos estão conectados via internet e as informações se espalham ao mundo todo em questões de minutos em tempo real. Na literatura, Wilson Gomes cita que a internet cria um cômodo, em que

A dispensa do deslocamento espacial, do hiperengajamento, da submissão às condições hostis, desconfortáveis e cansativas das assembleias presenciais, a possibilidade de intervir desde o conforto da própria estação de trabalho, no escritório ou em casa, a conveniência de fazer as coisas no próprio ritmo e segundo as próprias disponibilidades, o fato de se poder prescindir dos requisitos formais e rituais das instituições, ou da convivência forçada com estranhos, tudo isso depõe em favor de uma participação mais fácil e mais conveniente, além de mais barata, feita sob medida para a sociabilidade numa cultura hedonista, individualista e flexível. (2005, p. 67)

Mesquita e Moisés (2016) entendem que a participação política envolve dois valores fundamentais:

O primeiro é a igualdade política, que supõe o reconhecimento do direito de os cidadãos decidirem sobre a organização e o destino da comunidade política, e em consequência a expectativa de tratamento igual à expressão de seus interesses e preferências. O segundo é a autodeterminação, que supõe cidadãos como sujeitos morais com plena capacidade de formular suas próprias concepções de bem e de fazer suas escolhas morais. (MESQUITA; MOISÉS, 2016, p.7)

O trabalho dos autores compara a participação política com a qualidade da democracia, em que o envolvimento dos cidadãos não somente gera benefícios para aqueles que participam ativamente, mas que os bens públicos gerados por essa ação abrange os demais membros da comunidade política, mesmo que a participação efetiva seja escassa. A participação política e a qualidade da democracia estão interligadas de maneira em que uma impulsiona a outra. Quanto mais houver participação política, mais a democracia se consolida ao passo que quanto mais consolidada uma democracia fica, mais gera interesse por parte dos cidadãos em participar politicamente.

Adentrando na participação política especificamente da mulher, os autores Fonseca e Fachin buscam encontrar as causas da baixa inserção da mulher na política, ressaltando que as diferenças não se encontram apenas no meio político, mas que “havendo uma paridade dentro dos Poderes Legislativo e Executivo, haverá maior facilidade para abrandar outras desigualdades, que muitas vezes são decorrentes destas” (FACHIN; FONSECA, 2018, p.5). Não há apenas um fator que faz com que tenha-se uma baixa participação política, mas é todo um conjunto de fatores, como a falta de incentivo do próprio partido, falta de recurso financeiro e a sobrecarga doméstica da mulher. Esse último pode ser relacionar ao que diz Bordieu que “entre os sexos as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas” (BORDIEU, 1999, p.196). O autor traz o campo político como um microscomo e cita como exemplo para as diferenças ao acesso a tal microscomo o tempo livre, em que “a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz.” (BORDIEU, 1999, p.196)

É possível ver que a literatura coloca o capital político e a participação política como duas variáveis muito próximas. Miguel afirma que “é necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital” (MIGUEL, 2003, p 115). Nesse caso refere-se a

participação política convencional, a qual é o tipo de participação em que o presente estudo trabalha.

Um artigo (2020) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Paraná (MPP) traz um histórico das conquistas das mulheres no meio político: “a sociedade, em pequenos passos, vem aceitando que a mulher, além de deveres, tem direitos e é competente para a vida social – consequentemente, também para a vida política.” (p. 2). Porém, ressalta que “a participação efetiva da mulher na política ainda é pequena” (p. 3), trazendo dados comparativos de antes e depois das cotas para candidatas, bem como a lei de 30% de financiamento dos partidos, meios que fizeram com a participação das mulheres no meio convencional da política aumentasse, por exemplo: as eleições nacionais com cotas para candidaturas femininas em 2006, 2010 e 2014 tiveram 47, 45 e 51 mulheres eleitas, respectivamente. Enquanto em 2018, já com a lei do financiamento de campanha, esse número saltou para 77. Com esses dados, é possível observar que a participação da mulher na política ter paridade com os homens são necessárias políticas que permitam o maior acesso, pois “se a destinação dos aludidos meios não envolverem mulheres, não receberão prioridade pelo próprio partido” (p.4). Já os autores Fonseca e Fachin afirmam que além das ações afirmativas como as cotas para mulheres, é preciso “inserir educação política nas escolas, fazendo compreender desde a infância que todas as pessoas têm o dever cívico da honestidade para a escolha dos seus representantes políticos e que homens e mulheres são igualmente hábeis a executar esta tarefa” (FACHIN; FONSECA, 2018, p.18)

Como vimos, o capital político depende do grau da participação política. Portanto, em regra, homens possuem mais capital que as mulheres. Nesse sentido, Guedon e Lenick trazem que as mulheres no Rio de Janeiro, tanto em âmbito estadual, quanto no âmbito municipal referindo-se à capital do estadual, que entram na política possuem um capital político familiar advindo de homens, em sua maioria pelo marido e pai. Enquanto homens possuem bem menos influência de parentesco no cargo político: “significativo também é o fato (...) de uma esposa transferir capital político para o marido, não seja representado nessas legislaturas, em ambas as casas” (GUEDON, LENICK; 2017, p. 204).

O trabalho realizado por Biroli e Mota (2014) traz aspectos sociais que estão relacionados com a baixa participação da mulher na política:

O pertencimento “natural” do homem à esfera pública reforça sua posição hierárquica vantajosa na esfera privada. Para a mulher, a história é bem distinta. Mesmo para as mulheres de classes econômicas privilegiadas, que foram resguardadas da dura combinação entre a responsabilidade pela vida doméstica e longas jornadas de trabalho precário e mal-remunerado, “reinar” em casa nunca significou livre acesso a posições de poder na esfera pública. (BIROLI; MOTA, 2014, p. 206)

Traçando uma crítica com a democracia liberal, as autoras afirmam há um desencontro entre a promessa formal de igualdade e a desigualdade efetiva (BIROLI; MOTA, 2014 p. 200). Ressaltam que mesmo não havendo restrições na lei para a participação da mulher na política, poucas se candidatam e uma parcela ainda menor é eleita. Tal fato ocorre porque há uma desigualdade social entre homens e mulheres, como já dito, historicamente a mulher foi vista voltada à esfera privada, enquanto o espaço público é visto como um meio masculino.

O conceito de Capital Político é extraído da obra “*O Poder Simbólico*” de Pierre Bourdieu. O autor traz que “o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito formado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de créditos pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que lhes reconhecem” (BORDIEU, 1988, p. 187-188). Bourdieu ainda afirma que o poder simbólico é dado por aquele que está sujeito à quem exerce. Portanto, é um poder que existe porque aquele que está sujeito acredita que ele existe.

Existem diversas formas de capital político elencados na obra de Bourdieu, o primeiro deles refere-se ao capital pessoal de notoriedade e popularidade – “é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo e livro e supõem capital cultural” (BORDIEU, 1988, p. 191). Enquanto tal forma capital é acumulado de forma lenta e contínua, existe o capital surge nos tempos de crise, “no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e aparelhos” (BORDIEU, 1988, p. 191), o qual é acumulado de forma inaugural, pelo carisma, de tal forma que pode-se chamar de heroica ou profética. Existe também o capital delegado, que ao contrário do capital pessoal, não desaparece com a pessoa do seu portador. O capital está detido e controlado nas instituições e somente por ela: “é o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade” (BORDIEU, 1988, p. 191). O capital político delegado é comparado a uma forma de investimento, em que a instituição (partido) investe naqueles que investiram na instituição.

A institucionalização do capital político é favorecida através da sua delegação, pois, segundo Bordieu,

a delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objetivados, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. (BORDIEU, 1988, p. 194)

Portanto, quanto mais o capital político se institucionaliza, maiores são as vantagens de adentrar no aparelho político, ao contrário do que ocorre em tempos de crises e incertezas, em que as vantagens são reduzidas e os riscos grandes, pois há uma desmoralização da política e quem tende a ser favorecido é o detentor do capital político imediato, através do carisma, tendo-o como um herói ou profeta.

O capital político e social está relacionado com a participação política, como traz o estudo realizado por Angélica Lyra de Araújo (2012). A autora defende que “o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas” (p. 264). Assim, estimula o funcionamento das normas, ressaltando a importância dos interesses coletivos. Nesse sentido, Araújo contrapõe com as formas individuais da formação de capital humano, em que estimula o individualismo. Por outras palavras, o capital social estimula a confiabilidade nas instituições, enquanto o capital humano estimula a personificação do capital, em que se aparece o tipo de capital citado por Bordieu: o profético ou heroico. “Frisa-se também que, ao contrário do capital convencional, normalmente tido com um bem privado, o capital social constitui um bem público.” (ARAÚJO, 2012, p. 265).

O capital social e a confiabilidade nas instituições estimulam a participação política, pois “contribui [...] para a melhoria do funcionamento das instituições democráticas ao estimular o interesse dos cidadãos pelo seguimento e avaliação das políticas públicas” (ARAÚJO, 2012, p. 265). Trazendo para a realidade brasileira, a autora faz uma contextualização histórica da formação da cultura política no país, ressaltando que a democracia brasileira é recente e frágil: “O que existe é uma democracia fragilizada, cuja cultura política nacional se mostra incapaz de promover profundas alterações em suas bases”. (ARAÚJO, 2012,

p. 275). E nesse sentido, aprofundando na questão de falta de confiança do brasileiro nas instituições públicas, a autora cita Baquero em que se destaca que há no parlamento mais representatividade privada do que política, a deslegitimação daqueles que foram eleitos através do voto, que as instituições servem para o linchamento político, o que colabora para uma “desordem democrática capaz de desordenar qualquer ordem e ordenamento social, mas que, paradoxalmente, são naturalizadas por toda sociedade”.

A política deixada em segundo plano contribui exatamente para a perpetuação de uma situação que não promove um Estado cuja finalidade seja o bem comum de sua população. As crises sócio-econômicas devem ser motivos para se requerer e ampliar a participação política e não sejam causa de fuga. Do contrário, a democracia se pulveriza. (ARAÚJO, 2012, p. 274)

Uma das formas de capital político é o familiar, em que o parentesco com algum político avança a carreira política. Como exemplo disso, no Brasil o presidente Jair Bolsonaro tem quatro filhos ocupando diferentes funções políticas: Flávio Bolsonaro é Senador pelo estado do Rio de Janeiro, Eduardo Bolsonaro é Deputado Federal pelo estado de São Paulo, enquanto Carlos Bolsonaro ocupa o cargo de vereador no município do Rio de Janeiro. Outro exemplo disso, é o capital familiar de Aécio Neves, atualmente Deputado Federal pelo estado de Minas Gerais. Aécio é neto de Tancredo Neves, um importante político na redemocratização do Brasil, o qual foi eleito presidente do Brasil em 1985 por voto indireto, mas acabou falecendo antes de tomar posse. Outro sobrenome conhecido na política brasileira é Suplicy, em que Eduardo Suplicy, atualmente vereador na cidade de São Paulo, com vasta carreira política como Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador, era cônjuge de Marta Suplicy, a qual foi Deputada Estadual no Estado de São Paulo, Prefeita da capital paulista e Senadora pelo Estado de São Paulo. importante ressaltar que Marta ocupou o cargo de Deputada Estadual (1995-1999) e foi eleita prefeita de São Paulo (2000) enquanto era casada com Eduardo e apesar da separação em 2001, continuou usando o sobrenome. Portanto, nesse último exemplo é possível observar como o sobrenome agrega ao capital político.

Um estudo realizado por Lenkic e Guedon (2017) buscou compreender a relação do capital político familiar com a eleição especificamente de mulheres para os cargos de vereadora do município do Rio de Janeiro, bem como para Deputada Estadual do estado do Rio de Janeiro. O trabalho abrangeu as eleições estaduais de 2006, 2010 e 2014 e as eleições municipais de 2008, 2012 e 2016. O artigo aborda a questão da baixa participação das mulheres na política,

em que “a hipótese central do artigo é de que, a despeito da baixa representatividade proporcional feminina, parte substancial das eleitas tem como característica a investidura de um capital político de origem genealógica” (GUEDON; LENKIC, 2017, p. 194). Portanto, como vimos, o sobrenome muitas vezes agrega capital político e o trabalho realizado por Lenkic e Guedon busca compreender o impacto nas eleições das mulheres nos pleitos eleitorais citados acima.

A hipótese central do trabalho realizado por Lenkic e Guedon (2017) é confirmada através da análise de dados em que mostrou que a presença de capital político familiar nas mulheres é substancialmente maior do que nos homens, tanto na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro como na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. No caso de Deputado Estadual, a presença de capital político nos homens foi de 14%, enquanto nas mulheres foi de 57%. O cenário é similar quando comparado com o caso dos Vereadores, em que apenas 12% dos homens tem capital político familiar, enquanto nas mulheres são 56%. Outro aspecto analisado no trabalho, é o grau de parentesco de quem advém o capital político. Na Assembleia Legislativa, a origem do capital político herdado para os homens em sua maioria é do pai (71%), enquanto nas mulheres o capital herdado é de 69% do marido. Na Câmara dos Vereadores, para os homens a origem é de 82% do pai, enquanto nas mulheres está dividido em 50% do marido e 50% do pai. Portanto, é importante observar que não apenas o capital político herdado está atrelado mais as mulheres que os homens, mas também a origem em sua maioria é dos homens.

Portanto, é preciso ter a concepção dos conceitos de participação política e capital político e suas variáveis. Bem como estão relacionados com questões sociais de desigualdade para compreender o baixo número de mulheres envolvidas na política, enquanto homens dominam o meio público. Outra questão apontada neste capítulo é que o aumento da participação política das mulheres nos últimos anos está relacionada com políticas de cotas que buscam reduzir a desigualdade.

3. MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Na história brasileira, nem sempre a mulher participou da política. Até 1932 as mulheres não tinham direito ao voto. O Colégio Eleitoral passou a permitir votos de mulheres a partir do dia 24 de fevereiro de 1932, ainda com restrições: somente poderiam votar aquelas mulheres que fossem casadas e tivessem a autorização do marido, ou então viúvas com renda própria. Antes disso, em 1928, o Brasil conheceu a primeira mulher eleita prefeita, em Lajes, no Rio Grande do Norte: Alzira Soriano.

Em 1933, Carlota Pereira de Queirós foi a primeira Deputada Federal eleita no Brasil, também foi a única naquela ocasião. No ano seguinte, no dia 20 de maio

o capítulo relativo aos direitos políticos é pautado para ser votado em plenário. Após acalorada discussão, os Constituintes aprovam a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, desde que maiores de 18 anos e alfabetizados. O texto da Constituição, promulgado em 16 de julho, consagrou décadas de mobilização política em prol do sufrágio feminino no Brasil. (MARQUES, 2019, p.138)

Promulgado o texto da constituição, as mulheres tinham o voto como facultativo, exceto para as servidoras públicas, que tinham a obrigatoriedade do voto. Em 1934 então, com a primeira votação em que as mulheres tinham o direito a voto sem restrição, elegeu-se 10 deputadas estaduais por todo Brasil.

Em 1937 Getúlio Vargas fecha o poder legislativo com o seu decreto do Estado Novo. Com a redemocratização em 1946, foi promulgada a Constituição que tornava obrigatório o voto obrigatório para homens e mulheres alfabetizados.

Em 1976, o Brasil tem a primeira mulher senadora: Eunice Michilles, ao tomar posse na vaga do titular João Bosco, que falecera. Doze anos após, foi promulgada a Constituição de 1988 que estendeu-se o direito de votar aos homens e mulheres analfabetos, de forma facultativa.

A partir de 1988 definiu-se intervalos de dois anos entre eleições nacionais e estaduais com as municipais, sendo cada mandato durando quatro anos, exceto para senadores, que é de oito anos. Em 2010, o Brasil, pela primeira vez na história tem uma mulher sendo eleita presidenta do Brasil: Dilma Vana Rousseff. Em 2014, em uma das eleições mais acirradas da história, Dilma é reeleita. Em 2016 foi destituída do poder através do processo do *impeachment*.

Após essa breve contextualização cronológica de fatos importantes da mulher na política brasileira, adentra-se particularmente na história da mulher na política do Rio Grande e posteriormente na capital Porto Alegre.

Desde o período da Primeira República (1889 -1930) e até hoje, apenas uma mulher foi eleita governadora do estado do Rio Grande do Sul, em 2006: Yeda Crusius venceu as eleições no segundo turno com aproximadamente 54% dos votos válidos. Mas, muito antes disso, em 1951 tomou posse a primeira deputada estadual gaúcha: Suely Gomes de Oliveira, e foi reeleita mais cinco vezes para o cargo de deputada. Atualmente, das 55 cadeiras ocupadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 9 são por mulheres.

Já no âmbito nacional, o Rio Grande do Sul conta com três deputadas federais, das 31 cadeiras. E no Senado Federal, as três cadeiras são ocupadas por homens. Foram nas eleições de 1994 que o Rio Grande do Sul elegeu sua primeira senadora: Emília Fernandes.

Adentrando no debate central do presente estudo, observa-se os dados de Porto Alegre, em que dentre os 45 prefeitos da capital do Rio Grande do Sul, nenhuma foi mulher. Na recente eleição de 2020, Manuela D'ávila (45,37%) ficou em segundo lugar no segundo turno, sendo derrotada por Sebastião Melo (54,63%). Enquanto na Câmara dos Vereadores, a eleição de 2020 em Porto Alegre elegeu 11 mulheres: Karen Santos (PSOL), Comandante Nádia (DEM), Laura Sito (PT), Bruna Rodrigues (PCdoB), Psicóloga Tanise Sabino (PTB), Fernanda Barth (PRTB), Mônica Leal (PP), Cláudia Araújo (PSD), Daiana Santos (PCdoB), Mariana Pimentel (NOVO) e Lourdes Sprenger (MDB). Portanto, das 36 cadeiras, as mulheres ocupam cerca de 30%.

4. ELEIÇÃO PARA VEREADOR EM PORTO ALEGRE EM 2020

As eleições para vereador em Porto Alegre em 2020 elegeram 11 mulheres: Karen Santos (PSOL), Comandante Nádia (DEM), Laura Sito (PT), Bruna Rodrigues (PCdoB), Psicóloga Tanise Sabino (PTB), Fernanda Barth (PRTB), Mônica Leal (PP), Cláudia Araújo (PSD), Daiana Santos (PCdoB), Mariana Pimentel (NOVO) e Lourdes Sprenger (MDB). Se comparado com o pleito eleitoral anterior (2016), há um saldo positivo de 7 vereadores, já que em 2016 apenas 4 foram eleitas. Das eleitas em 2020 há duas reeleições, que foram as vereadoras Comandante Nádia e Mônica Leal.

Segue quadro explicativo e resumido das respostas das vereadoras.

Quadro 1 – Dados coletados através de entrevistas e pesquisas

Nome/Partido	Tempo de filiação partidária	Mandatos	Profissão antes de ser vereadora	Escolaridade	Capital Familiar
Mônica Leal/PP	35 anos	2	Empresária e jornalista	Superior com pós-graduação	Pai
Karen Santos/PSOL	5 anos	2	Professora da rede estadual	Superior Completo	Não há
Cláudia Araújo/PSD	6 anos	1	Comerciante	Superior Completo	Não há
Lourdes Sprenger/MDB	21 anos	3	Auditora	Superior Completo	Não há
Mariana Pimentel/Novo	1 ano	1	Empresária	Mestrado	Não há
Fernanda Barth/PRTB	2 anos	1	Consultora de Comunicação Política e estratégica	Mestrado	Não há
Laura Sito/PT	13 anos	1	Servidora Municipal de Porto Alegre	Superior Completo	Não há
Bruna Rodrigues/PCdoB	Dado não obtido	1	Estudante	Superior incompleto	Dado não obtido

Comandante Nádia/DEM	Dado não obtido	2	Tenente- Coronel da Brigada Militar	Superior Completo	Dado não obtido
Daiana Santos/PCdoB	Dado não obtido	1	Educadora Social e Sanitarista	Superior completo	Dado não obtido
Psicóloga Tanise Pazzim/PTB	17 anos	1	Psicóloga	Mestrado	Marido

Fonte: elaborado pelo autor.

A vereadora Mônica Leal, de 64 anos, apresenta capital político familiar, já que no questionário (anexo 1) respondeu que seu pai foi Coronel do Exército Brasileiro, chefe da Polícia do Estado do RS, Deputado Estadual e Vereador por Porto Alegre. Para ela, a maior dificuldade da mulher adentrar na política é por ser um meio de predomínio masculino e machista e que para algumas mulheres há o peso de responsabilidades como mãe, esposa e dona de casa que pode interferir na rotina dos cargos políticos. Sobre as dificuldades pessoais, a vereadora disse ter sofrido com algumas, mas que no tempo que está na política conquistou bastante respeito. Mônica Leal está há mais de 30 anos no mesmo partido (PP), concorreu para o Senado Federal em 2006. Segundo a vereadora, o que a ajudou na eleição de 2020 foi o trabalho pessoal de campanha feito nas ruas em contato com o eleitor, além de boas redes sociais e inserções na mídia, a tradição político-partidária e o legado deixado pelo seu pai na política. Portanto, é possível ver um acúmulo de capital político longínquo, contribuído pelo seu pai – Pedro Américo Leal -, mas também com identificação partidária, já que sempre esteve no mesmo partido. Analisando os tipos de capitais, no caso da vereadora Mônica Leal é possível observar o Capital Delegado, em que é “advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária” (MIGUEL, 2003, p. 121). Além das eleições concorridas e dos mandatos, Mônica Leal também foi Secretária de Estado da Cultura do RS no governo Yeda Crusius (2007-2011).

A vereadora Karen Santos (PSOL), 32 anos, foi a eleita mais votada dentre todos os vereadores. Está no seu segundo mandato. Tem como familiares servidores públicos, todos por meio de processo seletivo. Para ela, a dificuldade da mulher na política está em recursos financeiros, acesso à formação política, por vezes falta de debate sobre a questão de gênero dentro dos partidos. Para a vereadora, o que colaborou para sua eleição em 2020 foi o trabalho da campanha ter sido construída de forma coletiva, permitindo ter um elevado grau de

elaboração em relação aos eixos, palavras de ordem, locais de atuação. Mesmo com a campanha atípica de 2020 em meio à uma pandemia, Karen Santos diz que foi possível adaptar panfletagens e realizar debates, em que houveram diversas plenárias e grupos de trabalho. Karen é uma militante identificada com as pautas raciais, ressaltando que um dos empecilhos para a mulher entrar na política é o senso comum da população que é formado através de relações desiguais de raça. A vereadora diz que “para um trabalhadora sem recursos, não servidora pública que ainda tem leis que garantem nosso afastamento para concorrer, ainda mais sendo trabalhadora negra, são muitas as barreiras que dificultam a competição justa”. Antes de ser vereadora, Karen era professora da rede estadual. É possível observar o capital delegado, em que a militância partidária e com pautas sociais trabalhistas, de gênero e raça, bem como ter ocupado cargo de servidora pública como professora da rede estadual podem ter contribuído para o sucesso eleitoral em 2020.

Cláudia Araújo (PSD), 53 anos, foi eleita pela primeira vez para o mandato completo, já que em 2016 foi eleita 4ª suplente do partido, assumindo o cargo de vereadora em junho de 2019. Além das duas candidaturas para vereadora, Cláudia Araújo também concorreu para deputada estadual. É filiada ao PSD desde 2015. Para a vereadora, a dificuldade da mulher no meio político se encontra no sistema patriarcal que “prejulga a competência feminina de forma a menosprezar sua atuação e não reconhecer na mulher um perfil de liderança”. Segundo a vereadora, o que a ajudou na eleição de 2020 foi o trabalho social atuante e consolidado em Porto Alegre há 10 anos, através da Associação Beneficente Amor ao Próximo. Para ela, essa foi o principal fator de reconhecimento para a atuação política. Cláudia Araújo não possui familiares no meio político. O capital político observado é através de uma atuação social em uma organização sem fins lucrativos idealizadas por ela. O objetivo da organização é arrecadar alimentos, materiais de limpeza e todo tipo de material de natureza essencial. Além disso, faz arrecadação de lacres de alumínio por cadeiras de rodas. Analisando a subdivisão do Capital Político que Miguel cita, é possível observar um capital político convertido, em que a popularidade conseguida em outros campos se desloca para a política.

Lourdes Sprenger (MDB), 69 anos, está no seu terceiro mandato, tendo concorrido a 5 eleições. Tem como pauta a causa animal. Para ela, o que contribuiu para a eleição em 2020 foram trabalhos realizados como voluntárias e a profissão (auditora). Suas propostas são em torno da fiscalização das contas públicas e defesa e proteção animal. Como Cláudia Araújo e Karen Santos, não possui familiares no meio político. Uma das poucas vereadoras que já havia ocupado o cargo de vereadora, Lourdes já possui uma carreira política de longa data, o que

permite acumulação de capital político, além de estar há 21 anos filiada no mesmo partido. Fazendo a mesma análise com as vereadoras acima, usando os tipos de capital delegado e convertido, nesse caso pode-se observar primeira o convertido, uma vez que o que dentre os motivos que colaboraram para a vitória eleitoral em 2020 foram os trabalhos voluntários, assim como a profissão de auditora. Por fim, se consolidando na política, Lourdes possui mais de duas décadas de filiação partidária, o que mostra identificação partidária, sendo portanto, um misto de capital político delegado e convertido.

Mariana Pimentel (NOVO), 34 anos, foi eleita em sua primeira candidatura. Antes de ser vereadora, era empresária. Para ela, o que contribuiu para o sucesso eleitoral foi todo engajamento da sua equipe estando todos os dias nas ruas a partir das 06 horas da manhã mostrando as suas propostas. Para ela, não houveram dificuldades para adentrar no meio político. As principais pautas de Mariana estão ligadas a economia, em que suas principais propostas na plataforma eleitoral estavam ligadas à retomada da economia diante à crise do novo coronavírus. A vereadora nunca antes havia ocupado outro cargo público. Está filiada há um ano no Partido Novo.

Fernanda Barth (PRTB), 49 anos, foi eleita pela primeira vez. Além da eleição de 2020, Fernanda concorreu para vereadora em 2016 e para Deputada Estadual em 2018. É filiada ao partido há dois anos. Suas pautas eleitorais foram em prol da liberdade econômica, apoio ao empreendedorismo e desburocratização do Estado. É favorável ao Escola sem Partido, pedindo o fim da ideologia de gênero e do marxismo cultural. Apoiar as concessões, privatizações e as participações público-privada. Não possui nenhum familiar na política. A vereadora diz que as dificuldades de entrar na política não estão relacionadas ao fato de ser mulher, mas que são inerentes ao processo político, como fundo eleitoral, fundo partidário, entre outros. Em resposta ao que teria ajudado a vencer as eleições de 2020, Fernanda Barth diz: “legitimidade das propostas, trajetória política em defesa do conservadorismo e da liberdade econômica e uma construção de imagem feita ao longo dos anos”. Portanto, o capital político inserido a Fernanda Barth se relaciona as pautas conservadoras nos costumes, bem como no liberalismo na economia. Quando a vereadora fala em “construção de imagem feita ao longo dos anos” subentende-se de que a imagem antes de adentrar na política, ou seja, tendo relação com o capital convertido, sendo que antes de ser vereadora, Fernanda Barth foi Consultora de Comunicação Política e Estratégica, o que contribuiu para as estratégias de campanha eleitoral.

Laura Sito (PT), 29 anos, foi eleita vereadora pela primeira vez em 2020. Concorreu outras 3 eleições. Antes de ser vereadora, Laura era servidora do município de Porto Alegre.

Suas principais propostas durante a campanha eleitoral estavam em torno do desenvolvimento socioeconômico dos bairros da periferia com inovação, incentivo à economia local. E também Política de Segurança Alimentar de Porto Alegre, visando combater a fome. Laura Sito está há 13 anos filiada no PT, tendo trabalhado como assessora do PT em Brasília, trabalhou no Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante o governo de Tarso Genro (2011-2015) na secretaria geral de governo e também no Instituto do Arroz. A vereadora não possui outros familiares dentro da política. Sobre as dificuldades da mulher na política, Laura diz que são muitas e que “são proporcionais ao espaço de poder que ocupamos. Mais exemplo disso foi a misoginia que a presidente Dilma foi vítima”, e ressalta uma experiência individual, em que diversas vezes foi questionada sobre a sua gravidez e do seu direito de licença maternidade. Laura constitui um coletivo denominado *Multiplicidade* que reúne militantes do movimento estudantil, comunitário, feminista, LGBT, negro, sindicalista, acadêmicos, etc. Semelhante a Karen dos Santos, a vereadora Laura Sito também está atrelada às pautas sociais. Portanto, Laura constrói sua vida política através de causas sociais, a qual ela se torna uma representante, sendo assim, acumulando capital político de forma delegada.

As vereadoras Bruna Rodrigues (PCdoB), Daiana Santos (PCdoB), Comandante Nádia (DEM) e Psicóloga Tanise Pazzim (PTB) não responderam o questionário, portanto a pesquisa dessas vereadoras se deu por meio de informações coletadas através do *site* da Câmara Municipal de Porto Alegre (www.camarapoa.rs.gov.br/).

Bruna Rodrigues (PCdoB), 33 anos, está em seu primeiro mandato como vereadora. Tem como base a luta antirracista, pelos direitos das mulheres, juventude e pelo movimento popular comunitário. Bruna já presidiu a UAMPA (União Das Associações de Moradores de Porto Alegre), “espaço que trouxe uma vasta experiência e visão acerca da realidade das comunidades que vivem em ocupações e vilas da capital”. Bruna Rodrigues é estudante de Administração Pública e Social na UFRGS. Além das eleições municipais de 2020, em 2018 Bruna foi candidata a Deputada Estadual, porém, não foi eleita. Oriunda da Vila Cruzeiro, região periférica de Porto Alegre, foi lá sua votação massiva, o que designa Bruna como uma líder daquela comunidade. Portanto, o seu capital político advém de uma participação política em prol de sua comunidade, buscando justiça social e melhorias para as regiões periféricas de Porto Alegre.

Comandante Nádia (DEM), 52 anos, está em seu segundo mandato como vereadora. Foi eleita em 2016 e reeleita em 2020. É destacado a sua atuação em forças de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. É Tenente-Coronel da Brigada Militar, filha de sargento da Brigada

Militar. Atuou por 27 anos na linha de frente do policiamento ostensivo. Enquanto Major, Nádia foi a primeira mulher designada para comandar um Batalhão de Polícia Militar na história do Rio Grande do Sul, assumindo o 40º BPM sediado em Estrela. Em 2012, assumiu o 19º BPM, responsável pela segurança pública da Zona Leste de Porto Alegre. A vereadora tem como sua pauta a segurança pública, construiu sua carreira nesse meio. Com isso, observa-se capital convertido, em que a sua popularidade adquirida no meio das forças de Segurança Pública se deslocou para a política.

Daiana Santos (PCdoB), 38 anos, está em seu primeiro mandato como vereadora de Porto Alegre. É Educadora Social e Sanitarista formada pela UFRGS. É a primeira vereadora assumidamente LGBT eleita em Porto Alegre. Iniciou a luta no movimento negro e LGBT, na busca por igualdade social. É idealizadora e coordenadora de um projeto social que busca atender mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade. O capital político de Daiana se encontra em participação movimentos e projetos sociais que buscam melhores condições de vida para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Psicóloga Tanise Pazzim (PTB), 40 anos, está em seu primeiro mandato como vereadora de Porto Alegre. É mestre em Psicologia Clínica (UNISINOS), tem especialização em Gestão Pública (UFRGS), em Coordenação e Dinâmicas de Grupos (SDBG), além de Psicologia Organizacional (IDG). Em 2005 trabalhou no serviço público municipal na Fundação de Assistência Social (FASC) da prefeitura de Porto Alegre. Trabalhou também como Chefe do Gabinete Médico do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), participando nas implementações dos Programas “Dmae+saudável” e “Programa de Preparação para Aposentadoria”, no último sendo idealizadora. Em 2009 assumiu o cargo de Diretora da Escola de Gestão Pública da Prefeitura. No governo de José Fortunatti, durante o período dos dois últimos anos do mandato, Tanise foi Secretária Adjunta de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre. Além disso, também foi Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Totalizando, são mais de 16 anos de experiência no Serviço Municipal de Porto Alegre. Está filiada há 17 anos no PTB, sendo a terceira mulher eleita pelo partido para vereadora em Porto Alegre, antes disso, apenas em 1996 o partido teve representação feminina na Câmara de Vereadores. No período entre 2013 a 2019, Tanise foi presidente do PTB Mulher de Porto Alegre. Suas pautas estão voltadas para “atuação é voltada para a promoção da saúde mental tendo um olhar em especial, para a prevenção da automutilação, suicídio, dependência química e violência contra as mulheres”. É casada com o Deputado Estadual Elizandro Sabino, sendo coordenadora de campanha nas eleições de 2012 (vereador) e 2018 (Deputado Estadual).

Portanto, o capital político advém de uma longa trajetória dentro do serviço municipal de Porto Alegre, sendo assim, de forma delegada, em que anos de experiência dentro do meio político, bem como a militância partidária podem ter contribuído para a sua eleição.

Após análise individual de cada resposta das vereadoras e dos dados coletados daquelas que não responderam o questionário, confirma-se a hipótese de que o Capital Político Familiar não foi determinante para o aumento significativo das mulheres eleitas vereadoras em 2020 em Porto Alegre, uma vez que apenas duas apresentaram familiares que estão ou já estiveram no meio político: Psicóloga Tanise Pazzim – casada com Deputado Estadual Elizandro Sabino – e Mônica Leal – filha de Pedro Américo Leal, foi Deputado Estadual e Vereador. E mesmo assim, não há como afirmar o quão determinante o capital político familiar influenciou nas eleições das vereadoras mencionadas, sendo que as duas possuem uma vasta trajetória que de fato pode ter sido determinante. Apenas Mônica Leal afirmou que o legado de seu pai contribuiu para a vitória em 2020.

Em quatro das onze vereadoras, foi possível observar as questões raciais sendo pauta: Laura Sito (PT), Karen Santos (PSOL), Bruna Rodrigues (PCdoB) e Daiana Santos (PCdoB), todas elas negras e atuantes em movimentos com pautas raciais em busca de igualdade social. Já as vereadoras Mônica Leal e Comandante Nádia encontra-se semelhanças no que diz respeito às pautas de segurança pública. Além de o pai de Mônica Leal foi Coronel do Exército e Chefe de Polícia do Estado do RS, e o pai da vereadora Comandante Nádia é sargento da Brigada Militar. As vereadoras Fernanda Barth (PRTB) e Mariana Pimentel (NOVO) encontram semelhanças nas pautas econômicas liberais. Daiana Santos (PCdoB) e Cláudia Araújo (PSD) tem como referências os seus trabalhos com projetos sociais que contribuíram para o sucesso eleitoral em 2020. Nesse mesmo sentido, Lourdes Spengrer (MDB) diz que seus trabalhos como voluntária também contribuíram para o a vitória em 2020.

Quanto ao objetivo-específico em que consiste analisar a diferença da existência ou não de capital político nas eleições das mulheres conforme o partido, observa-se que há uma similaridade na trajetória política das vereadoras do PT, PCdoB e PSOL, em movimentos sociais e pautas raciais. Também observa-se semelhança entre as trajetórias políticas nas vereadoras do PP e DEM, tendo como pauta principal a segurança pública. No partido NOVO e no PRTB a pauta central é o liberalismo econômico e pautas sociais conservadoras. No PTB há uma longa trajetória dentro do meio público. Enquanto as vereadoras do MDB e PSD citaram seus trabalhos voluntários como aquisição de capital político e contribuição para o sucesso

eleitoral. Sendo assim, percebe-se que há diferenças entre os partidos enquanto o acúmulo de capital político, mesmo que alguns apresentam semelhanças entre eles.

Portanto, são inúmeras variáveis que contribuíram para o aumento de mulheres eleitas vereadoras em Porto Alegre em 2020, como a militância partidária, que são principalmente os casos de Mônica Leal (PP), filiada ao partido a mais de 30 anos, Lourdes Spengrer (MDB) filiado no partido há mais de 21 anos, Psicóloga Tanise Pazzim (PTB) filiada há 17 anos e Laura Sito (PT) filiada há 13 anos no partido. Além disso, pode-se observar os trabalhos realizados em movimentos sociais, projetos sociais, as pautas de campanha que leva ao eleitor de acordo com as suas ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inserção da mulher na política se dá de maneira lenta, em que recentemente nas eleições nacionais de 2018 houve um salto de 52,4% na Câmara dos Deputados em relação à eleição anterior, 2014: de 51 para 77 mulheres das 513 cadeiras ocupadas, o que ainda mostra uma disparidade entre mulheres e homens, mas que vem se reduzindo. O cenário em Porto Alegre em 2020 se repetiu nas eleições municipais, em que de 4 mulheres eleitas em 2016, passou para 11 em 2020, das 36 cadeiras ocupadas. Conforme o objetivo geral do trabalho, constatou-se através dos dados obtidos pelas entrevistas e pesquisas que não há interferência do capital político familiar no aumento de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara de Vereadores em Porto Alegre no pleito eleitoral de 2020. Quanto aos objetivos específicos, o que se observou em quatro das onze vereadoras eleitas, foi o capital político através de movimentos sociais, lideranças de pautas feministas e raciais, liderança de uma comunidade. Quanto a questão do capital político presente conforme o partido, observa-se uma similaridade entre as eleitas do PCdoB, com pautas sociais, bem como as candidatas do PT e PSOL. Enquanto as candidatas do Progressistas e Comandante Nádia se assemelham por ambas serem da área da segurança pública, trabalhando em setores da Força da Segurança Pública.

Portanto, esse crescimento na capital gaúcha não mostrou um perfil definido das mulheres eleitas, pois como mostram os dados, são mulheres com as mais diversas pautas e de diferentes partidos (9 partidos), sem a presença de capital político familiar em sua maioria.

Por fim, é importante para a qualidade da democracia a participação ampla de homens e mulheres, com paridade, em busca de diminuir as desigualdades de raça, gênero e classe, tanto no meio não-convencional, quanto no meio convencional.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia; MOTA, Fernanda Ferreira. **O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010**. cadernos pagu, n. 43, p. 197-231, 2014.
- BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação**. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. 1999
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **O capital político multiplicado no trabalho genealógico**. Revista Pós Ciências Sociais. V. 8, n. 15, 2011.
- DE ARAÚJO, Angélica Lyra. **Cultura e capital social: influências na participação política brasileira**. Cadernos CERU, v. 23, n. 1, p. 249-279, 2012.
- FACHIN, Zulmar; FONSECA, Júnior Xavier; **A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios**. Revista Estudos Políticos: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.9 | N.2, pp. 03 -23, dezembro de 2018.
- FURLANETTO, Claudia Paim; SANTOS, Cristiano Lange. **Participação feminina na política: exame da Lei nº 12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero**. Revista de informação legislativa, v. 56, n. 223, p. 191-211, jul./set. 2019.
- GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Revista Famecos, v. 12, n. 27, p. 58-78, 2005.
- GUEDON, Philippe; LENKIC, Manuela. **A representação feminina no Rio de Janeiro: a influência do capital político herdado no sucesso eleitoral**. CSOnline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 23, 2017.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª edição. Edições Câmara. 2019.
- MESQUITA, Nuno Coimbra (Org.). **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. 263 p.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n.20, p.115- 134. 2003.

MPF/PR. **Participação das Mulheres na Política: seja um fiscal do povo.** Comissão de Direito Eleitoral – Comissão da Mulher Advogada. 2020. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/docs/participacao-feminina-na-politica-1.pdf>>

NICOLETTI, André Selayaran. **Participação política convencional e não convencional: dois fenômenos contraditórios?**. Pensamento Plural, n. 13, p. 51-64, 2014.

PINTO, Céli Regina. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar/maio 2001.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Representação Política e Gênero no Brasil e nos países de democratização recente.** RICRI, vol. 1, n. 2, p. 01-16, 2012.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias.** Lua Nova, n. 67, p. 139-190, 2006.

ANEXO 1

Questionário

1. Nome:
2. Partido:
3. Há quanto tempo é filiada a este partido?
4. Idade:
5. Raça:
6. Qual a sua escolaridade?
7. É o primeiro mandato como vereadora?
8. Quantas eleições você já concorreu?
9. Qual era a sua ocupação profissional antes de ser vereadora de Porto Alegre?
10. Quais foram as principais propostas apresentadas na sua plataforma eleitoral?
11. Já ocupou outros cargos públicos? Quais?
12. E na sua família algum parente ocupa ou ocupou cargo público (pai, tio, irmão, esposo ou outro)? Se sim, por favor, diga qual parente e qual cargo?
13. No seu ponto de vista, quais são as principais dificuldades para a mulher entrar na política?
14. Você também teve estas dificuldades?
15. O que você acha que ajudou na sua vitória (participação em alguma instituição, como sindicato ou outras, participação na mídia, ser líder religiosa, histórico familiar na política, líder comunitária e etc.)?